

Parecer n. 08 /2018/CTCOB/CNRH/MMA

Assunto: Relatório ao CNRH sobre a aplicação dos recursos e eventuais inconformidades verificadas no acompanhamento da aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água, perante as prioridades estabelecidas pelo CNRH - exercício 2015

1. Histórico

- 1.1. A Resolução CNRH nº 147, de 13 de dezembro de 2012, estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água para o período 2013/2015.
- 1.2. Por sua vez, a Resolução CNRH nº 161, de 15 de dezembro de 2014, extinguiu o Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - GTAAC, previamente instituído no âmbito da CTCOB pela Resolução CNRH nº 70, de 19 de março de 2017, e atribuiu à CTCOB as seguintes competências:
 - acompanhar a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, em conformidade com as prioridades estabelecidas pelo CNRH; e
 - elaborar e encaminhar relatório ao CNRH sobre a aplicação dos recursos e eventuais não conformidades verificadas no inciso anterior.
- 1.3. Posteriormente, a Resolução CNRH nº 189, de 29 de junho de 2017, alterou a redação desta última competência passando a vigorar:
 - elaborar e encaminhar relatório ao CNRH sobre a aplicação dos recursos e eventuais inconformidades verificadas no inciso anterior, após o recebimento das informações pertinentes a serem encaminhadas pela ANA até o dia de 30 de março de cada ano.
- 1.4. Em atenção ao Ofício nº 53406/2017-MMA, de 16 de novembro de 2017, e seguindo os encaminhamentos da 100ª reunião da CTCOB, realizada nos dias 16 e 17 de abril de 2018, a ANA, por meio do Ofício nº 153/2018/AA-CD-ANA, de 30 de agosto de 2018, encaminhou ao CNRH a Nota Técnica nº 107/2018/CPLIN/GGES com o relatório da prestação de contas ao CNRH sobre a aplicação em 2015 dos recursos da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000¹.
- 1.5. A análise do relatório foi objeto da pauta da 103ª Reunião da CTCOB, realizada em 30 de outubro de 2018.

2. Síntese das Discussões Técnicas

- 2.1. Na 103ª Reunião da CTCOB, a Servidora da ANA Sra. Elisa Malafaia apresentou aos membros da CTCOB a aplicação dos recursos da cobrança do exercício 2015.
- 2.2. Após análise da aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança, esta CTCOB encaminha ao Plenário do CNRH o presente Parecer ressaltando que não identificou

¹ Registra-se que o relatório da execução orçamentária dos recursos da ANA - exercício 2014 foi encaminhado pela ANA à Secretaria Executiva do CNRH no dia 18 de abril de 2018.

inconformidades quanto à aplicação realizada pela ANA perante as prioridades estabelecidas na Resolução CNRH nº 147/12 para o exercício 2015. Foi constatada a aplicação de recursos em duas ações sem correspondência com a referida Resolução, sendo elas: a construção do prédio anexo ao Bloco M da ANA (3%) e a Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais (0,2%).

3. Conclusão

- 31.** A CTCOB, no atendimento a sua competência de elaborar e encaminhar relatório ao CNRH sobre a aplicação dos recursos e eventuais inconformidades verificadas no acompanhamento da aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, em conformidade com as prioridades estabelecidas pelo CNRH (incisos VII e VIII do art. 2º da Resolução CNRH nº 21, de 14 de março de 2002, com redação dada pela Resolução CNRH nº 161, de 15 de dezembro de 2014), encaminha ao Plenário do CNRH que no exercício 2015 não identificou inconformidades quanto à aplicação realizada pela ANA perante as prioridades estabelecidas na Resolução CNRH nº 147, de 13 de dezembro de 2012.
- 32.** Segue anexo o Relatório (Nota Técnica nº 107/2018/CPLIN/GGES) citado neste Parecer.

Em, 30 de outubro de 2018.



LIVIA SOALHEIRO E ROMANO
Presidente da CTCOB